

Bruno Covas será internado para 3ª sessão de quimioterapia

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, foi internado para passar por sua terceira sessão de quimioterapia, no Hospital Sírio-Libanês, na capital paulista. Covas faz tratamento para um câncer que foi diagnosticado na região do estômago. Segundo nota da prefeitura, o terceiro ciclo de quimioterapia terá a duração de 30 horas, assim como ocorreu com as duas primeiras. A previsão de alta dependerá da avaliação médica após o tratamento. Covas foi internado no dia 23 de outubro no Hospital Sírio-Libanês para tratamento de uma erisipela. **Da Agência Brasil**

DEM se manifesta após denúncia de “laranjal” no partido

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A direção nacional do Democratas, partido presidido pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, divulgou nota ontem afirmando que irá “punir exemplarmente os eventuais responsáveis” pelo que é apontado em investigação da Polícia Federal como a maior candidata laranja das eleições de 2018. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a PF afirma haver fortes indícios de que verba eleitoral pública do DEM nacional foi desviada por meio da candidatura da policial militar Sonia de Fátima Silva Alves, no

Acre. A agremiação comanda hoje o Congresso Nacional, com Rodrigo Maia (RJ) na Câmara e Davi Alcolumbre (AP) no Senado.

“Diante do noticiado nesta segunda-feira, a direção nacional do Democratas informa que vai instaurar um procedimento apuratório interno para acompanhar formalmente as denúncias relacionadas à aplicação de recursos públicos em campanhas femininas pela direção partidária no estado do Acre, bem como para punir exemplarmente os eventuais responsáveis”, diz a nota divulgada pelo partido.

“É importante ressaltar que a matéria veiculada nesta manhã, ao reproduzir o relatório final da Polícia Fe-

deral, absolve o diretório nacional da sigla de qualquer responsabilidade, uma vez que a indicação das candidaturas femininas beneficiadas com recursos públicos é de exclusiva competência do órgão partidário local”, acrescenta o texto.

De acordo com o inquérito da PF, ao qual a Folha teve acesso, Sonia foi usada como candidata laranja para desvio dessas verbas em benefício da campanha do deputado federal Alan Rick (AC), presidente do Diretório Estadual do DEM e membro de Executiva Nacional do partido. A maior parte da receita declarada pela candidata foi repassada por meio de uma transferência eletrônica assinada em 13 de setembro de 2018

por Romero Azevedo, tesoureiro nacional, e “A Magalhães NT” — Antonio Carlos Magalhães Neto.

“Sendo Alan Rick o beneficiado direto com os gastos de campanha da candidata e tendo ele, ao mesmo tempo, controle do comitê financeiro, que é quem responde civil e criminalmente pelas irregularidades, parece sinalizar que, sem eximir os demais membros do comitê de parte da responsabilidade, Alan Rick Miranda é responsável pelas irregularidades identificadas”, diz relatório do delegado responsável, Jacob Guilherme da Silveira Farias de Melo.

Neto afirmou que só tomará uma medida efetiva sobre a suspeita de candi-



A DIREÇÃO do DEM, do prefeito ACM Neto, afirmou que irá punir os eventuais responsáveis pelo que é apontado como a maior candidata laranja das eleições de 2018

datura laranja no Acre após comprovação da culpabilidade dos envolvidos. “Caso haja um desfecho no processo judicial que confirme a culpabilidade, então, aí, sim, teremos processo disciplinar que pode levar até a expulsão do parlamentar, mas, evidente que só podemos tomar qualquer posição definitiva depois que houver a conclusão das investigações e do processo na Justiça Eleitoral do Acre”, disse.

PSL - No início do mês, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços em Pernambuco ligados ao de-

putado federal Luciano Bivar, presidente do PSL, em investigação sobre o esquema das candidaturas de laranjas. O PSL é o partido do presidente da República, Jair Bolsonaro. Os mandados foram autorizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado, atendendo pedidos da polícia e do Ministério Público. A casa de Bivar no Recife e a sede do partido estiveram entre os alvos. Endereços de três candidatas, Maria de Lourdes Paixão, Érika Santos e Mariana Nunes, e de duas gráficas, Itapissu e Vidal, bem como seus representantes, também tiveram busca e apreensão.

Ministro mantém advogado preso em operação na Bahia



O MINISTRO Og Fernandes indeferiu pedido de liberdade apresentado em favor do advogado Márcio Duarte Miranda

PAULO ROBERTO NETTO
O ESTADO S.PAULO

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Og Fernandes indeferiu pedido de liberdade apresentado em favor do advogado Márcio Duarte Miranda, preso preventivamente na Operação Faroeste após ser pego em grampos da Polícia Federal atuando em suposta prática de lavagem de dinheiro. O advogado é genro e apontado como elo para recebimento de propinas da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, afastada do cargo por 90 dias — ela está sob suspeita de integrar esquema de venda de sentenças em processos de grilagem de terras na região oeste baiano.

A Operação Faroeste aponta uma ‘teia de corrupção’ envolvendo juízes que supostamente vendiam decisões. Na semana passada, por ordem de Og Fernandes foram afastados quatro desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia, incluindo o seu presidente, Gesivaldo Britto, e dois juízes de primeira instância.

Em pedido de habeas corpus impetrado ao STJ, o advogado Mateus Nogueira, amigo de Márcio Duarte Miranda, alega que a Polícia Militar da Bahia não tem estrutura de uma sala de Estado-Maior, prevista para abrigar advogados presos, conforme prerrogativa da profissão. Por essa razão, Nogueira solicitou o afastamento da prisão temporária e sua conversão em domicíli-

ar.

Og Fernandes, no entanto, observou que a ausência da sala de Estado Maior não é suficiente para automaticamente substituir o regime de prisão. O ministro afirma que o advogado pode continuar detido, desde que fique em uma ‘cela adequada’ e separada de outros.

Inicialmente, o ministro havia determinado que se cumprisse o exigido nas prerrogativas do Estatuto da Advocacia e se colocasse Miranda em uma sala de Estado Maior e, em sua ausência, a execução da prisão domiciliar. Na semana passada, a OAB-BA impetrou pedido solicitando a conversão da prisão temporária em domiciliar. Para o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas

da OAB, Adriano Batista, a decisão do ministro do STJ sobre a sala de Estado Maior não foi acatada.

“A propósito, as fotos colacionadas aos autos pela OAB-BA demonstram que o investigado está recolhido em instalações condignas, dotadas de conforto mínimo, ventilação (cobogó) e instalações sanitárias adequadas (banheiro e chuveiro), estando separado dos demais detentos”, detalhou Og Fernandes, ao negar o pedido. Atualmente, Márcio Miranda cumpre prisão temporária no Batalhão de Choque da PM em Lauro de Freitas. Segundo o MPF, e advogado atua como um ‘corretor dos serviços criminosos de sua sogra’, a desembargadora Maria do Socorro.

Sosthenes Macêdo é agraciado com a Medalha Thomé de Souza

DA REDAÇÃO

Pelos relevantes serviços prestados ao município, a Câmara de Salvador concedeu, em sessão solene realizada na noite de ontem, no Plenário Cosme de Farias, a Medalha Thomé de Souza a Sosthenes Macêdo, diretor-geral da Defesa Civil de Salvador (Codesal). A maior honraria outorgada pelo Poder Legislativo soteropolitano foi entregue ao gestor por iniciativa do vereador Demétrio Oliveira (DEM), em evento concorrido, dirigido pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD). O ho-

menageado foi conduzido ao Plenário por um grupo de vereadores ao som do Hino ao Senhor do Bonfim, executado pela Banda da Guarda Civil Municipal (GCM), regida pelo maestro Hamilton Fernando, que também reproduziu o Hino Nacional.

Ao justificar a homenagem, Demétrio ressaltou a sensibilidade de Sosthenes Macêdo no contato direto com a população, principalmente a que vive em áreas de risco. O legislador ainda parabenizou o trabalho de prevenção em encostas realizado pela Prefeitura de Salvador. “O prefeito ACM Neto escolheu um grande gestor, que tem uma sensi-

bilidade enorme e vem fazendo diferença. Por isso fizemos este requerimento, que foi aprovado por todos os vereadores; ou seja, toda a cidade de Salvador aprovou esta Medalha a este grande ser humano”, afirmou o idealizador da homenagem. Em seu discurso, Geraldo Júnior afirmou que Sosthenes Macêdo “é exemplo de dignidade e honestidade”, definindo a solenidade promovida pela Câmara como um momento de reconhecimento.

Foi das mãos da esposa, Karina Macêdo, e dos filhos Sosthenes e Renata, que Sosthenes Macêdo foi agraciado com a Medalha

Foto: Valdemiro Lopes



Thomé de Souza. Agradecido, o homenageado disse que a outorga reconhece seus mais de vinte anos de serviços prestados ao Município. “Não é uma medalha que recebo sozinho, porque ao longo de minha vida atuei com diversas contribui-

SESSÃO SOLENE, dirigida pelo presidente Geraldo Júnior, foi requerida pelo vereador Demétrio Oliveira

pletou.

Dentre os que prestigiaram a solenidade estavam os vereadores Kiki Bispo (PTB), Maurício Trindade e Alex Mine, do DEM; Pedro Godinho (MDB), Sérgio Nogueira (PSDB), Fábio Souza e Téo Senna, ambos do PHS; e Paulo Magalhães Júnior (PV). A mesa da solenidade também contou com as presenças do vice-prefeito Bruno Reis; o chefe da Casa Civil da Prefeitura, Luiz Carrera; o deputado federal João Roma; o deputado estadual Tiago Correia (PSDB); o coronel-aviador Ivan Karpshin, comandante da Base Aérea de Salvador; o capitão-de-Mar-e-Guerra André Martins, representando Silva Lima, comandante do 2º Distrito Naval.

PONTO DE VISTA

Luiz Holanda

Quem quer democracia não planeja anarquia

Por incrível que pareça, depois que Lula foi libertado o PT entrou em pânico. Para os petistas, quanto mais tempo o ex-sindicalista ficasse na cadeia, mais a bandeira do “Lula Livre” permaneceria hasteada. Agora que ele foi solto, a bandeira será a anarquia e a impunidade como programa partidário, pois Bolsonaro não pode acertar.

O petismo foi derrotado justamente por causa da

corrupção institucionalizada durante o governo Lula/Dilma. E quem melhor soube explorar esse fato foi Bolsonaro, que disparou, via celular, milhões de mensagens contra a roubalheira tentando conquistar o eleitor. O resultado foi sua eleição com mais de 10 milhões de votos à frente do poste petista.

Apesar disso, os criminosos de colarinho branco entraram em campo tentando colocar algumas barreiras à onda moralista em fa-

vor da ética no trato da coisa pública. Graças a um intenso trabalho de bastidor conseguiram, pelo menos, três vitórias: a aprovação da lei que pune o abuso de autoridades, a mudança feita no Código Penal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao disciplinar o rito de entrega dos memoriais dos réus presos devidos às delações premiadas e a proibição da execução da pena depois de decisão condenatória confirmada em 2ª instância.

Essa última decisão só foi possível devido à mudança de entendimento da maioria dos ministros da Corte, que, antes, no julgamento do HC nº 126.292, por maioria de sete votos a quatro, firmou jurisprudência ao decidir que era, sim, possível a execução da pena depois de

decisão condenatória em segunda instância.

A mudança desse entendimento representou um grande auxílio aos criminosos. Isso levou o ex-ministro Francisco Rezek a dizer que “O Supremo não tem podido dar à sociedade brasileira a segurança jurídica, que é seu dever primordial”. Infelizmente, a tradição do STF leva a esse entendimento. Vinte e dois anos depois da promulgação da Constituição de 1988 a Corte condenou o então deputado José Tático a sete anos de prisão em regime semiaberto por devidas com o INSS. Pouco dias depois do pagamento da dívida, o deputado, prestes a completar 70 anos, requereu a prescrição do crime e conduziu que sua sentença fosse extinta pelo próprio

tribunal. Ele jamais cumpriu a punição.

Passados alguns anos, veio o mensalão, quando a Corte confirmou as prisões de criminosos decretadas pelas instâncias inferiores. Entretanto, a esperança dos brasileiros que defendiam e defendem a ética na administração pública durou pouco. A impunidade voltou com mais força ainda.

Com a decisão do Supremo, os condenados foram soltos, principalmente o ex-sindicalista, apavorado com a possibilidade de um crescimento econômico, ainda que modesto. Como as previsões dos analistas são de que o crescimento do PIB em 2020 fique em 2% a 2,5%, puxado pelas taxas de juros em queda, a tendência é favorecer o con-

sumo e desestimular que o dinheiro seja aplicado em investimentos.

Isso é tudo o que o PT não quer. Daí as ofensas a Sergio Moro, os ataques às instituições e o apelo à anarquia. O problema é que o governo pode reagir, pois o poder não se entrega; perde-se. E como quem tem o poder não pretende entregá-lo de mão beijada, a reação pode ser a do general Mourão, quando afirmou que, na hipótese de anarquia, pode haver “autogolpe” do presidente com apoio das Forças Armadas. E como neste país tudo é possível, é melhor pensar no Brasil, pois quem quer a democracia não planeja anarquia.

Luiz Holanda é advogado e professor universitário.